



Com 1.280 mortos em 24 h, Brasil se aproxima de 60 mil vítimas da covid-19

Com mais 1.280 vítimas da covid-19 registradas nas últimas 24 horas, o Brasil se aproxima das 60 mil mortes causadas pelo novo coronavírus. O mês de junho termina com 59.594 mortos e 1.402.041 doentes desde o início do surto, em março. Os números divulgados hoje (30) são do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass).

A pandemia é a mais grave crise sanitária do mundo em 100 anos. Entretanto, o governo Bolsonaro não tomou ações preventivas nem de cuidados com a população. O presidente chegou a ridicularizar a doença, chamou de “gripezinha” e disse que o número de mortos seria inferior ou igual ao do surto de H1N1, entre 2009 e 2010.

Para efeitos de comparação, em um período de um ano, o H1N1 deixou 60 mil brasileiros infectados e cerca de 2 mil mortes. Em menos de quatro meses, o número de vítimas da covid-19 é mais de 30 vezes maior.

A América Latina foi afetada pelo vírus com um atraso, em comparação com China (primeiro epicentro), Europa e Estados Unidos. O tempo de estudo de impacto das experiências globais, defendem epidemiologistas, foi desperdiçado pelas autoridades brasileiras. Teria sido suficiente para a elaboração de políticas públicas sanitárias que ampliasse o poder de controle da disseminação do vírus. E do número de mortes.

Rede Brasil Atual

UF	Nº de Casos	Nº de Óbitos
Brasil	1.402.041	59.594
São Paulo	281.380	14.763
Rio de Janeiro	112.611	10.080
Ceará	108.699	6.146
Pará	103.206	4.920
Maranhão	80.451	2.048
Bahia	73.307	1.853
Amazonas	70.823	2.823
Pernambuco	58.858	4.829
Distrito Federal	49.218	587
Paraíba	46.957	977
Espirito Santo	46.893	1.648
Minas Gerais	45.001	965
Alagoas	35.962	1.052
Rio Grande do Norte	30.287	1.034
Amapá	28.492	417
Rio Grande do Sul	26.941	614
Santa Catarina	26.354	341
Sergipe	25.411	676
Goiás	24.381	474
Paraná	22.877	649
Rondônia	21.251	518
Piauí	20.422	663
Mato Grosso	15.636	593
Roraima	14.641	283
Acre	13.253	365
Tocantins	10.764	200
Mato Grosso do Sul	7.965	76

Novo Fundeb

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) intensificou a pressão nos deputados federais com **uma mobilização digital** para que os parlamentares votem e aprovelem o quanto antes a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 15, que torna permanente o novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Criado em 2007 para financiar todas as etapas da educação básica, fortalecer a igualdade de condições no financiamento da educação brasileira e garantir a valorização dos trabalhadores e trabalhadoras, o fundo vence no

EM DEFESA
da educação pública

#VOTAFUNDEB

CNTE Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
www.cnte.org.br

Filiado à CUT FNPE

dia 31 de dezembro deste ano. Se nada for feito para renovar este Fundeb, milhares de pessoas podem ficar fora da escola já em 2021. O fundo garante o subsídio

para mais de 40 milhões de matrículas de redes estaduais e municipais de ensino e um piso salarial para os trabalhadores e trabalhadoras da educação.



Em meio à recessão econômica, Bolsonaro permite aumento adicional a militares

No momento em que a economia do País sofre com os impactos do coronavírus, um grupo de militares que tem salários brutos de até R\$ 50 mil terá aumento de R\$ 1.600 em seus vencimentos a partir do mês de julho. Segundo reportagem do Estadão, a medida seria uma forma do presidente Jair Bolsonaro agradar a ala militar.

O aumento é justificado na benesse chamada “adicional de habilitação”, dada a quem faz cursos ao longo da carreira. A modalidade foi criada ainda na gestão de Fernando Henrique Cardoso, mas tinha valor mantido desde 2001.

Bolsonaro permitiu aumento de até 73% em cima dos vencimentos, em quatro etapas, segundo apurou o jornal. Na primeira delas, o penduricalho para quem fez “curso de altos estudos”, por exemplo, subirá a partir de julho de 30% para até 42% sobre o valor do soldo. O aumento vale para militares da ativa e da reserva.

Na prática, um general quatro estrelas, topo hierárquico das Três Forças, com salário de R\$ 13.400 reais terá acréscimo de R\$ 5.600 mensais; antes o valor era de R\$ 4.000 mensais. Eles ainda acumulam outros adicionais que elevam o salário para, pelo menos, R\$ 29.700 – a remuneração pode subir, a depender da formação, permanência em serviço, atividades e local de trabalho.

A reportagem também apurou aumento na chamada “ajuda de custo” dada quando o militar passa para a reserva, ou seja, para a inatividade. Segundo o Estado de S. Paulo, o pagamento dobrou e passou a ser oito vezes a remuneração – o almirante Bento Albuquerque, ministro das Minas e Energia, teve direito a cerca de R\$ 300 mil de uma só vez em maio.

Ao jornal, o Ministério da Defesa não respondeu qual será o impacto do aumento do adicional na remuneração nem quantos militares da ativa e da reserva terão direito a receber a mais. A

pasta confirmou apenas que o pagamento será feito a partir de julho. Em vez de chamar de aumento, a Defesa dá ao reajuste o nome de “reescalonamento”.

Ainda de acordo com a pasta, as despesas previstas com a reestruturação das carreiras militares são “autossustentáveis”. Isso porque foram feitas mudanças no sistema de proteção social, com aumento da contribuição para custeio da pensão militar e universalização da cobrança. A economia é de R\$ 800 milhões aos cofres públicos, disse o ministério.

No momento em que a economia do País sofre com os impactos do coronavírus, um grupo de militares que tem salários brutos de até R\$ 50 mil terá aumento de R\$ 1.600 em seus vencimentos a partir do mês de julho. Segundo reportagem do Estadão, a medida seria uma forma do presidente Jair Bolsonaro agradar a ala militar.

O aumento é justificado na benesse chamada “adicional de habilitação”, dada a quem faz cursos ao longo da carreira. A modalidade foi criada ainda na gestão de Fernando Henrique Cardoso, mas tinha valor mantido desde 2001.

Bolsonaro permitiu aumento de até 73% em cima dos vencimentos, em quatro etapas, segundo apurou o jornal. Na primeira delas, o penduricalho para quem fez “curso de altos estudos”, por exemplo, subirá a partir de julho de 30% para até 42% sobre o valor do soldo. O aumento vale para militares da ativa e da reserva.

Na prática, um general quatro estrelas, topo hierárquico das Três Forças, com salário de R\$ 13.400 reais terá acréscimo de R\$ 5.600 mensais; antes o valor era de R\$ 4.000 mensais. Eles ainda acumulam outros adicionais que elevam o salário para, pelo menos, R\$ 29.700 – a remuneração pode subir, a depender da formação, permanência em serviço, atividades e local de trabalho.

A reportagem também apurou aumento na chamada “ajuda de custo” dada quando o militar passa para a re-

serva, ou seja, para a inatividade. Segundo o Estado de S. Paulo, o pagamento dobrou e passou a ser oito vezes a remuneração – o almirante Bento Albuquerque, ministro das Minas e Energia, teve direito a cerca de R\$ 300 mil de uma só vez em maio.

Ao jornal, o Ministério da Defesa não respondeu qual será o impacto do aumento do adicional na remuneração nem quantos militares da ativa e da reserva terão direito a receber a mais. A pasta confirmou apenas que o pagamento será feito a partir de julho. Em vez de chamar de aumento, a Defesa dá ao reajuste o nome de “reescalonamento”.

Ainda de acordo com a pasta, as despesas previstas com a reestruturação das carreiras militares são “autossustentáveis”. Isso porque foram feitas mudanças no sistema de proteção social, com aumento da contribuição para custeio da pensão militar e universalização da cobrança. A economia é de R\$ 800 milhões aos cofres públicos, disse o ministério.

Se de um lado os militares estão sendo agraciados, de outro o governo estuda reduzir as parcelas do auxílio emergencial, caso venham a ser pagas mais três parcelas, dada a continuidade da pandemia do coronavírus.

Em vez dos valores de R\$ 600 mensais, o governo estuda pagar uma parcela de R\$ 500, outra de R\$ 400 e mais uma de R\$ 300, totalizando R\$ 1200 aos beneficiários.

O auxílio emergencial se destina a trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEIs), autônomos e desempregados que cumpram os requisitos previstos em lei, como a ausência de emprego formal ativo, por exemplo. Além disso, agentes públicos, incluindo os comissionados, ocupantes de cargos temporários, funções de confiança e titulares de mandato eletivo, não têm direito ao benefício.

Carta Capital